

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

“AS MULHERES GUERREIRAS DONAS DO LAR”:. ALFABETIZAÇÃO, GÊNERO E CIDADANIA.

Gerson Tavares do Carmo.

Cita:

Gerson Tavares do Carmo (2009). *“AS MULHERES GUERREIRAS DONAS DO LAR”:. ALFABETIZAÇÃO, GÊNERO E CIDADANIA. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/908>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/GeM>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

“AS MULHERES GUERREIRAS DONAS DO LAR”: ALFABETIZAÇÃO, GÊNERO E CIDADANIA

Gerson Tavares do Carmo - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
Doutorando em Sociologia Política - PPGSP
gtavares33@yahoo.com.br

1- A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS DESAFIOS NO CAMPO DO DIREITO E DA CIDADANIA

Reconhecida como campo estratégico na consolidação democrática dos países latino americanos, em especial o Brasil, a EJA acumula conquistas políticas no plano normativo como fruto do movimento social promovido pela rede de Fóruns de EJA paulatinamente criados em todos os Estados desde 1997 – em 2007 somavam 27 Fóruns Estaduais e 54 Regionais - que mantém encontros estaduais, regionais e nacionais com o objetivo de “estabelecer uma interlocução com os organismos governamentais a fim de intervir na elaboração de políticas públicas para a educação de jovens e adultos” (Soares, 2004, p.26)

No entanto, apesar do cenário positivo acima, a EJA apresenta-se nesta primeira década do XXI, ainda como uma desconhecida como modalidade própria de educação, como um dever do Estado para cumprir um direito e plena de dilemas, cujas origens remontam a sua concepção de “recuperação do tempo perdido”. Haddad (2000) e equipe, ao produzir o estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no período 1986/1998, ratificam alguns desses dilemas, quando analisam pesquisas relativas ao aluno. Por exemplo, pretender dar garantias ao direito negado à escolarização básica, mas não corresponder ao que o aluno espera dela, em relação às mudanças desejadas em seu cotidiano, principalmente na realidade profissional, mesmo que isto não dependa apenas da escola (HADDAD, 2000, p. 15). Acrescente-se que para um percentual significativo de alunos a representação que estes fazem da escola vai-se transformando com o passar do tempo: primeiro passam por um momento de expectativa antes do ingresso à escola; depois por um momento de decepção, de desânimo, culminando com a desistência, o que caracteriza os altos índices de evasão na EJA (HADDAD, 2000, p. 16).

Nessa trajetória, um dilema deve ser enfatizado, para o interesse desse artigo:

As pesquisas sobre a temática do professor de EJA reafirmam a existência ainda hoje de um preconceito sobre esse campo de trabalho, considerado como campo de segunda linha. Esse estigma estaria presente entre professores, corpo técnico das escolas e secretarias de educação, e até mesmo entre os próprios alunos. (HADDAD, 2000, p. 18).

Para Haddad (2000, p. 18) “Este é um desafio que precisa ser enfrentado em qualquer proposta em EJA, sobretudo reconhecendo o direito à especificidade que esta modalidade de ensino tem”.

Neste contexto é que o desafio citado passou a conduzir uma proposta de EJA no interior do Projeto Desvendando Rio Preto dos Institutos de Ensino Superior do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora em Campos dos Goytacazes, inserindo-se numa atualizada perspectiva de programas e projetos de EJA, sobre os quais Paiva (2005, p. 8) recomenda que a escolha metodológica se faça por:

[...] formas de compreender e apreender sentidos e necessidades de variados públicos que os buscam, tentando fazer cumprir, mais do que a perspectiva do aprender por toda a vida, o direito à educação sistematicamente negado a tantos na população brasileira.

Dessa forma, compreende-se que estas representações da EJA como “campo de segunda linha” conforma um fosso de tamanha largura que dificulta a visão, pelos sujeitos-alunos e sujeitos-

professores, das conquistas normativas e reconhecimento amplo da EJA como movimento social e estratégia conforme referimos. Impede, portanto, o empoderamento destes sujeitos na luta de seus direitos por uma educação emancipadora e de qualidade. Vale ressaltar que tais direitos conformavam a meta da Educação Popular de Paulo Freire e outros, nos anos 50-60, cujo legado de experiência social a EJA é herdeira atual, segundo Arroyo (2001, p. 9).

Foi, portanto, de acordo com Arroyo (2001), orientadas pelos princípios da Educação Popular e de uma concepção ampla da Educação de Jovens e Adultos, que muitas e variadas experiências/práticas de alfabetização se realizaram e se mantiveram fora da instituição escolar, integrando uma educação que objetivava, e objetiva, muito mais “o empoderamento destes sujeitos na luta de seus direitos” - isto é, a cidadania - do que a escolarização em si. Até mesmo porque estas experiências/práticas não se propõem, nem possuem condições de, à continuidade do ensino fundamental. Um exemplo deste tipo de EJA “fora da escola” ocorre no Centro Comunitário de Educação e Renda de Jovens e Adultos de Rio Preto¹, objeto de reflexão deste artigo.

Ao destacar o termo cidadania, torna-se imprescindível mencionar a obra de Thomas Humphrey Marshall (1967) “Cidadania, Classe Social e Status”. Para Marshall “A cidadania é fundamentalmente um método de inclusão social” (*apud* Souki, 2006, p. 41), ou seja, aquilo que permite ao indivíduo compartilhar uma herança social e ter acesso aos bens culturais e simbólicos. Souki acrescenta

Historicamente ela [a cidadania] representou o surgimento e a celebração do indivíduo enquanto unidade política desvinculado das instituições gremiais e corporativas, cujo início se deu no contexto das revoluções inglesas do século XVII, na Revolução Francesa e no *Bill of Rights*, alguns anos antes. (id. Ib.)

Assim é que a desigualdade social não é para Marshall um impeditivo para o exercício da cidadania, ao contrário, é elemento de tensão por força das conquistas no plano dos direitos humanos, desde a Revolução Francesa. São conformados paulatinamente como *habitus*, no dizer de Bourdieu (1998), ou seja, como um “conjunto de disposições culturais e institucionais” que se internalizam no corpo e que se manifestam na linguagem corporal de cada um de nós.

Para Souza (2004, p.105) é necessária uma proliferação desse *habitus* que funcionaria

como condição de possibilidade para a validade social da noção de igualdade, inclusive da igualdade tornada jurídica na noção de cidadania, enquanto um conjunto de direitos e deveres intercambiáveis universalmente dentro de uma mesma comunidade política.

Retomando a EJA como um campo da educação que reflete a desigualdade social pode-se depreender com certa facilidade o valor do debate em torno do conceito de cidadania e dos direitos humanos.

É fundamental destacar nesta seção que na direção oposta das marcas de cidadania a serem explicitadas, estão as marcas da colonização da subjetividade e do pensar na América Latina, muito mais inscritas nas camadas populares da sociedade brasileira, do que nas outras.

¹ O Centro de Educação e Renda de Jovens e Adultos de Rio Preto (IseCencerja) faz parte do projeto Desvendando Rio Preto sob a coordenação dos Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional N. S^{ta} Auxiliadora (IseCensa) em parceria com o Cefet - Campos. A implantação do IseCencerja, em 2007, contou com o financiamento do Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense (Tecnorte) da Fundação Estadual do Norte Fluminense (Fenorte).

Há no imaginário social, concepções que consideram, principalmente, os sujeitos alunos de EJA como pessoas incompletas. Pessoas incompletas porque perderam uma etapa de suas vidas e por isso devem esperar caridade e benevolência da esfera pública para corrigirem esse erro, ou para redimirem essa culpa.

É interessante observar como Quintar (2001) sintetiza a “culpa” que os sujeitos alunos de EJA carregam como um fardo, principalmente os não alfabetizados, associando-a a um “sentimento de negação de si” que possibilita colonizar o saber do mundo e criar sujeitos subordinados “por natureza”: É dessa forma que a “negação de si” pode ser traduzida como imenso obstáculo à cidadania e a democracia, construída a partir de uma “europeidade”, que impôs uma linha divisória que separa “gente” de “não-gente” e “cidadão” de “subcidadão”.

Dessa forma, parte-se do pressuposto que a cidadania não é algo que se adquire de “fora para dentro”, por um processo simples de aculturação, mas algo que, para a sua construção efetiva, necessita que a percepção de igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada (Souza, 2003, p. 166).

2- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RIO PRETO: UM ESTUDO DE CASO.

Rio Preto, o maior núcleo de moradores de Morangaba, 9º distrito de Campos dos Goytacazes, caracteriza-se pela população de baixa renda, cuja fase aguda de pobreza ocorreu na segunda metade da década de 80, à época em que a usina de açúcar Novo Horizonte entrou em processo de falência - 23 de março de 1987. Nesta data, o governo federal, pelo Decreto nº 94.128/87, desapropriou 4.335 ha da área agrícola da Usina Novo Horizonte para aplicação do Programa de Reforma Agrária (Neves, 2004), forçando mudanças nas relações de trabalhadores assalariados, os quais, a partir daquela data, tornaram-se produtores rurais mercantis (NEVES, 1997).

A concentração populacional, em Rio Preto, com dissemos, ocorreu a partir do Programa de Reforma Agrária. Até então, o número de pequenos proprietários, na região, era muito reduzido, praticamente inexistiam povoados e eram raras as possibilidades de os trabalhadores comprarem um pedaço de terra para fazerem uma casa própria, a maioria morava dentro das fazendas situadas no entorno da Usina Novo Horizonte. Após vinte anos de reforma agrária e melhorias na infraestrutura urbana, Rio Preto, ainda apresenta acentuado índice de pobreza, haja vista os 66% de domicílios que apresentam renda familiar de até um salário mínimo. Acrescente-se que 53,5 % da população possuem somente o 1º Segmento do Ensino Fundamental incompleto (menos de três anos de escolaridade), que somados aos 16% dos que não sabem ler, totalizam 69,5% de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais (CARMO & UEBE, 2005, p. 43).

O Relatório do Censo Rio Preto, em 2005, apontou a necessidade de ações concretas para atender a educação de jovens e adultos neste povoado. Em 2 de abril de 2007, começou a funcionar o Centro Comunitário de Educação e Renda de Jovens e Adultos de Rio Preto com aulas de alfabetização e de qualificação profissional..

Para tanto foram organizadas duas turmas, com dez vagas cada uma. A composição das turmas levou em consideração o nível de analfabetismo ou alfabetismo rudimentar² das alunas. O número reduzido de alunas por turma permitiu o acompanhamento minucioso das aprendizagens individuais e coletivas por parte das alfabetizadoras em formação, bem como desenvolver o espírito comunitário e cívico necessário ao associativismo e a expansão e adesão a “ideologia dos direitos humanos” preconizada por Paulo Freire.

Os materiais pedagógicos confeccionados para dar concretude e colocar em ação os princípios freireanos de educação tiveram como orientação básica o trabalho de Gilda Rizzo (1998).com o denominado método natural de alfabetização, principalmente nas fases de pré-leitura

² Conforme classificação do INAF – Indicador Nacional de Alfabetização Funcional.

e leitura real. A fase da leitura real se deu através de exercícios individuais e coletivos de consciência fonológica também com materiais confeccionados especialmente para essa fase, considerada a etapa analítica do processo de alfabetização. Ainda utilizando o vocabulário básico, com o qual foram promovidas as atividades de pré-leitura, foram confeccionados dois materiais pedagógicos “a câmera lenta” e “a caçada”. Com os dois materiais foram exercitadas a leitura e escrita analítica, ou seja, a associação grafema / fonema das palavras já internalizadas. É comum que somente com essas duas etapas o adulto já “descubra” o mecanismo da leitura, expandindo à descoberta para palavras fora do vocabulário básico.

Após quatro meses de aulas, várias alunas já haviam descoberto o mecanismo de leitura e outras já haviam resolvido suas dificuldades como, por exemplo, saber ler, mas não conseguir escrever ou, então, saber copiar, mas não saber ler o que copiou.

2.1 – As marcas de cidadania em Rio Preto

Nesse momento foi proposta a criação de um jornal mensal das turmas, no qual seriam colocadas notícias delas, de Rio Preto e outras que desejassem. O objetivo era aquele preconizado por Paulo Freire, refletir e trazer a consciência elementos da realidade vivida. “Ler mundo” nas palavras de Freire (1992). No Jornal as alunas das duas turmas puderam escrever, desenhar ou colar notícias de suas vivências e realidade mês a mês. Feitas as sugestões de nomes para jornal, o nome mais votado foi “Jornal da Comunidade Unida de Rio Preto”. Uma das alfabetizadoras ficou responsável por coletar as notícias ao longo do mês e montar o jornal com a participação de alunas voluntárias.

O curioso no nome escolhido foi que a expressão “união da comunidade” referia-se a uma mobilização que aquele grupo de mulheres havia feito em Rio Preto para reduzir o valor da passagem de ônibus, ou seja, ao grupo de mulheres que se uniu e não a toda a coletividade de Rio Preto. O que confirma uma das referências metodológicas do projeto na qual acentuamos que, conforme Milani (2004, p. 1), “o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural”. Coincidentemente, havíamos proposto a criação do jornal uma semana antes da mobilização.

Outro destaque foram os livros escritos por elas, incentivando a autoria: livros de história de vida, livro de receitas, livro de histórias de filhos, livro de provérbios e ditados populares, livro da natureza e outros. Ou seja, tudo o que pudesse ser registrado em torno de um tema, configurava um livro, historicizando a aprendizagem, tornando a aprendizagem em cada etapa um momento da micro-história do grupo de alunas.

No dia 13 de agosto de 2007, ocorreu o que pode ser considerado o ponto de mutação no grupo de moradoras que participam do projeto, um marco para o embrião de auto-organização necessário ao processo de associativismo que vinha sendo fomentado tanto nas atividades de alfabetização quanto nas oficinas de artesanato e culinária. A seguir reproduz-se o relatório feito pelo coordenador do projeto Gerson Tavares, que estava presente no dia da mobilização contra o aumento da passagem do ônibus de Rio Preto:

No dia 7 de agosto, na reunião de planejamento com as bolsistas alfabetizadoras, fiquei sabendo que a passagem para Rio Preto havia aumentado de R\$ 5,20 para R\$ 6,00. No dia 13 de agosto, 2ª feira, assim que estacionei o carro em frente ao IseCencerja (faltavam uns 10 minutos para as 13 horas), vi muita gente correndo e gritando em direção à saída de Rio Preto, eram umas 60 pessoas, mulheres, homens, jovens e crianças, várias pessoas estavam com a cara pintada com traços coloridos. Gritavam, “vamos acabar com isso, vamos quebrar tudo” e coisas desse tipo. Fiquei sem entender, pois havia passado pela entrada de Rio Preto e não vi nada de diferente. Perguntei a um servente de uma construção próximo a nossa sede o que era aquilo e ele falou “é o aumento do ônibus”. Mais uns dez minutos e ouvi novamente a gritaria, saí para a entrada da sede e vi o ônibus de Rio Preto bem

devagar todo cercado de gente pulando e gritando para abaixar a passagem, vi quatro alunas nossas que passaram acenando com a mão. Marlúcia chegou logo depois também com o rosto pintado, falante como sempre, contando que já tinham três ônibus presos “lá embaixo”, que haviam cercado tudo com pedaços de pau e colocaram fogo para não deixar ninguém passar. Indignada dizia que a passagem tinha que baixar para R\$ 3,00, por uns dez minutos ficou na sala, contando que a polícia e a EMUT estavam lá e que Kátia com mais algumas pessoas estavam em Campos resolvendo a situação. Saiu dizendo que não podia deixar o pessoal sozinho. Vi passar mais dois carros da polícia e um carro do corpo de bombeiros. Nesse dia só foram três alunas para a aula.

Concluindo, creio que o desabrochar da liderança de Kátia como moradora, artesã, doceira e aluna é uma “benção” para o projeto no que ele tem como maior desafio, a criação de uma associação entre as alunas. Esse acontecimento pode ser considerado um marco para nossas intenções não assistencialistas e incentivadoras da auto-organização delas. Vale dizer que a passagem baixou para R\$ 4,50. (15 de agosto de 2007)

Outra manifestação ocorreu no mês de outubro, por ocasião de um surto de hepatite em Rio Preto, no qual o mesmo grupo de alunas liderou a mobilização para cobrar providências dos setores públicos responsáveis, denunciando para a mídia televisiva (TV Record) o estado deplorável das fossas construídas para drenar o esgoto das casas do centro de Rio Preto.

Estes acontecimentos configuram uma espécie de matéria prima para “materiais didáticos” para as aulas de alfabetização no IseCencerja por que se afinam com a metodologia pautada nos princípios de Paulo Freire, cujo ponto de chegada da alfabetização (saber ler e escrever) está vinculada à elaboração de novos projetos de sociedade e à organização de espaços de participação popular.

A seguir é possível observar nos diversos textos produzidos pelas alunas para o Jornal Comunidade Unida de Rio Preto os registros de suas aprendizagens de leitura e escrita de mundo, a partir das duas manifestações que organizaram no povoado:

Figura 1 – Texto associado a desenho produzido pela aluna Silvani Menezes sobre o aumento da passagem de ônibus³



O ônibus foi cercado com fogueiras impedindo a saída do ônibus. Logo depois começaram a juntar mais gente. As pessoas foram encontrar com ônibus na fogueira impedindo que o ônibus voltasse, pois as polícias pediram ao motorista para cercar o ônibus para voltar. Algumas das mulheres ouviram e partiram atrás, cercaram o ônibus, e o ônibus veio na frente, a multidão veio atrás até o local da manifestação.

³ O ônibus foi cercado com fogueiras impedindo a saída do ônibus. Logo depois começaram a juntar mais gente. As pessoas foram encontrar com ônibus na fogueira impedindo que o ônibus voltasse, pois as polícias pediram ao motorista para cercar o ônibus para voltar. Algumas das mulheres ouviram e partiram atrás, cercaram o ônibus, e o ônibus veio na frente, a multidão veio atrás até o local da manifestação.

Figura 2 – Texto produzido pela aluna Rita de Cássia Albino sobre o aumento da passagem de ônibus⁴

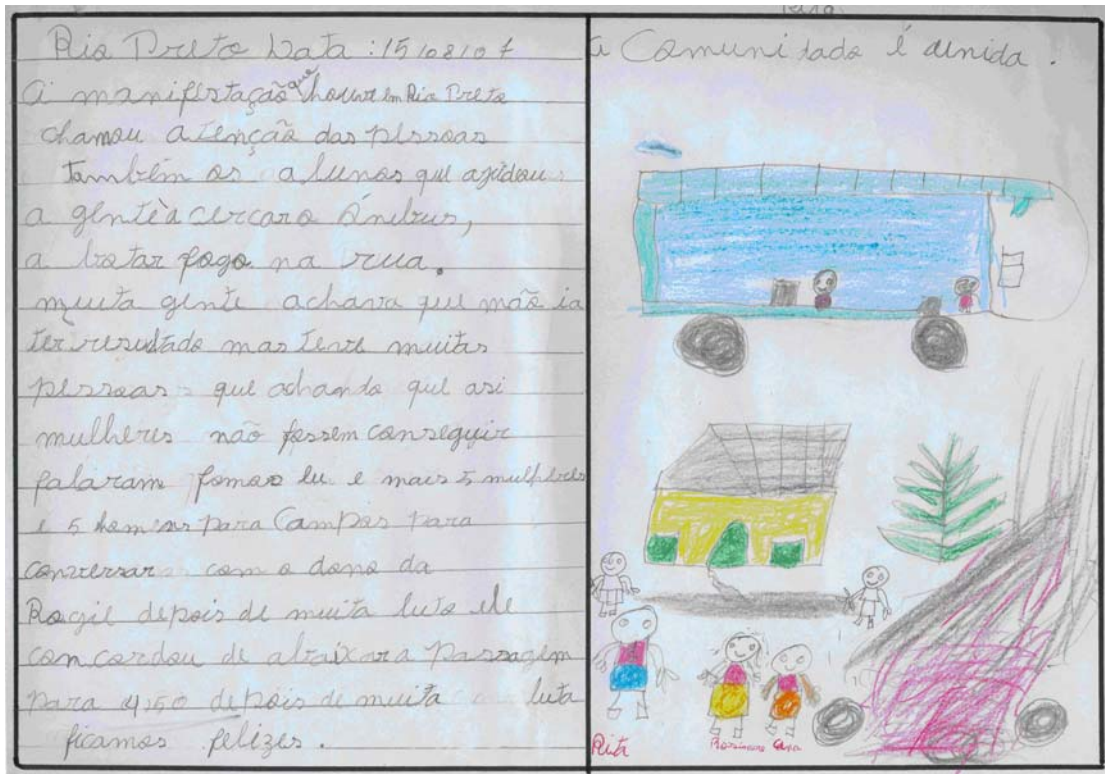
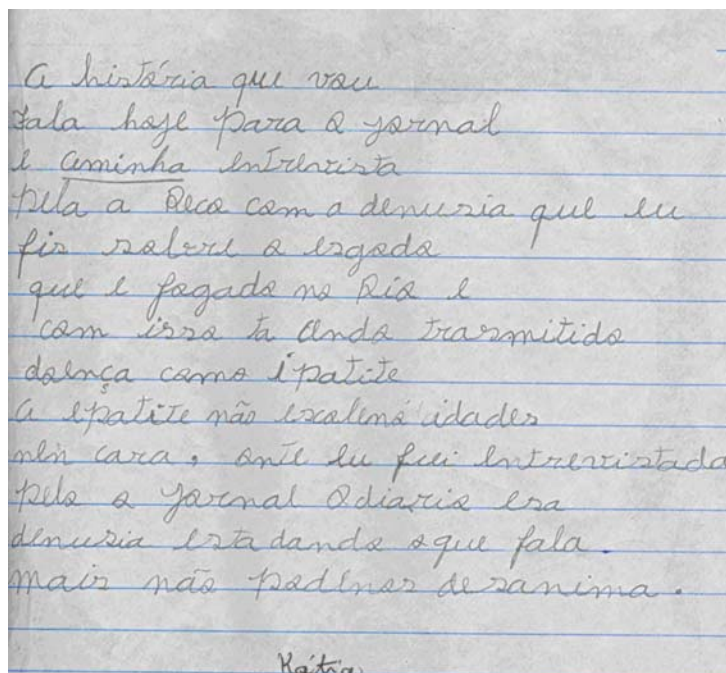


Figura 3 – Texto produzido pela aluna Kátia sobre a epidemia de hepatite⁵



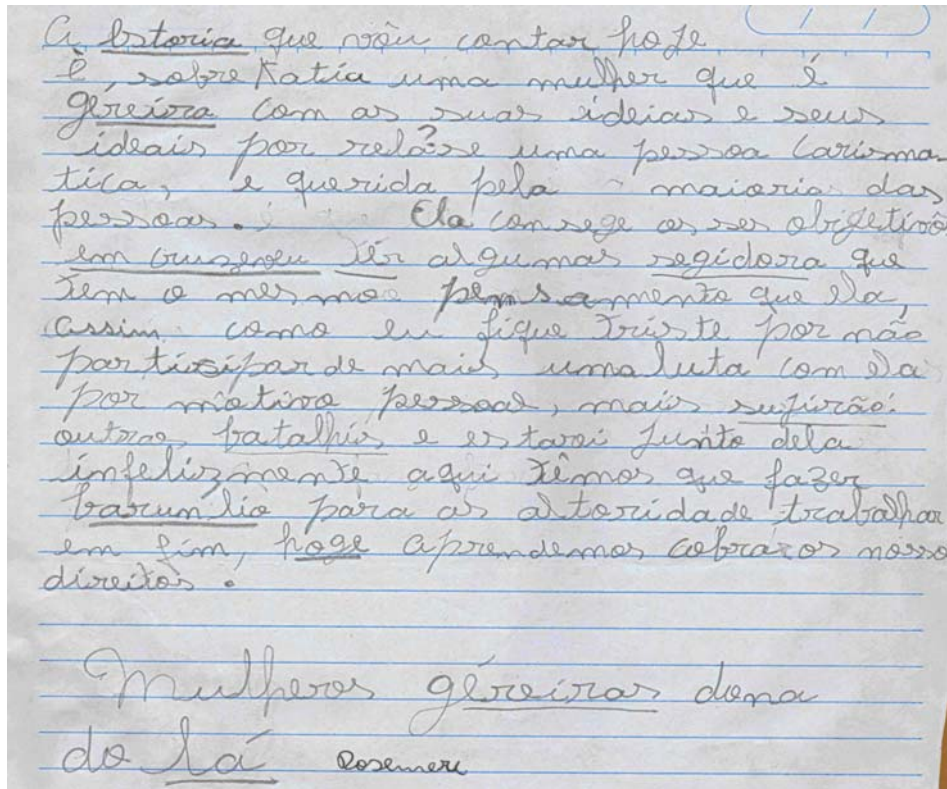
⁴ Rio Preto Data: 15/08/2014
 a gente a cercar o ônibus
 mulheres não fossem co
 Rogil, depois de muita l
 unida. (Rita de Cássia

⁵ A história que eu falar
 no Rio e com isso está sendo transmitido doença como hepatite. A hepatite não escolhe idade nem cara. Ontem eu fui entrevistada
 pelo jornal O Diário. Essa denúncia está dando o que falar. Mas, não podemos desanimar. (Kátia Albino)

também as alunas que ajudou
 uitas pessoas achando que as
 ra conversar com o dono da
 mos felizes. A comunidade é

obre o esgoto que é jogado
 sobre o esgoto que é jogado

Figura 4 – Texto da aluna Rosemere da Silva Albino sobre as “mulheres guerreiras”⁶



5 – COMENTÁRIOS FINAIS

Quatro são os aspectos a destacar nesta última seção do artigo. O primeiro deles trata de não vincular de forma causal as mobilizações das alunas-moradoras com a criação do Centro Comunitário de Educação e Renda. Se o espaço do IseCencerja era propício e incentivador de reflexões sobre a realidade vivida pelas alunas, isto não implicou diretamente em motivação para liderar manifestações coletivas de indignação. Na perspectiva da teoria da escolha racional, prefere-se considerar a insurgência das lideranças dentro do projeto como “resultado não esperado”.

O segundo aspecto visa ressaltar o processo de registro das experiências, ou seja, da historicização da aprendizagem, como recuperação do estatuto cognoscitivo da experiência humana. Os registros assim concebidos tornam-se exercícios coletivos de *desalienação*, tanto das alunas quanto das alfabetizadoras. Conforme Rivera Cusicanqui (*apud* Mignolo, 2002, p. 7):

[...] ao recuperar o estatuto cognoscitivo da experiência humana, o processo de sistematização assume a forma de uma síntese dialética entre dois (ou mais) pólos *ativos* de reflexão e conceptualização, já não entre um “ego cognoscente” e um “outro passivo”, mas

⁶ A história que vou contar hoje é sobre Kátia, uma mulher que é guerreira com suas ideias e seus ideais por ela ser uma pessoa carismática e querida pela maioria das pessoas. Ela consegue os seus objetivos, inclusive ter algumas seguidoras que têm o mesmo pensamento que ela, assim como eu. Fiquei triste por não participar de mais uma luta com ela por motivos pessoais, mas surgirão outras batalhas e estarei junto dela. Infelizmente aqui temos que fazer barulho para as autoridades trabalharem. Enfim, hoje aprendemos a cobrar os nossos direitos. Mulheres Guerreiras, donas do lar. (Rosemere Albino)

sim entre dois sujeitos que reflexionam juntos sobre sua experiência e sobre a visão que cada um tem do outro. (Tradução livre).

Terceiro, considerar os limites das “marcas de cidadania” dentro do povoado de Rio Preto, mesmo que tenha sido criada uma associação que possa representar expectativas e demandas cidadãs. O núcleo de mulheres que lideraram as mobilizações sofreram e sofrem críticas, acusações, de discriminações e não reconhecimento por parte moradores pertencentes a grupos que se vêem prejudicados por suas ações, levando-as a momentos de insegurança e mesmo dúvida quanto a continuidade de suas atitudes dentro da comunidade.

Por último, afirmar a validade da articulação entre EJA e geração de renda, ou Economia Solidária, tal como foi proposto, recentemente, pelo MEC em parceria com o Banco do Brasil, num projeto piloto denominado Alfainclusão (2006), cujos resultados pretendem orientar políticas públicas nesse sentido.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: *Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos – Práticas educativas e a construção do Currículo*. São Paulo: RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, n.11,abr. 2001, p. 9–20.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARMO, Gerson T.; MANSUR, André F.U.(Orgs.). *Desvendando Rio Preto: pesquisa descritiva e exploratória*. Campos dos Goytacazes (RJ): ISECENSA, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HADDAD, Sérgio (coord). *O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998*. Ação Educativa – São Paulo – 2000

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Bahia: FAPESB, Escola de Administração da UFBA, Projeto de pesquisa « Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia » 2002-2005.

MIGNOLO, Walter. El potencial epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. In: MATO, Daniel (coord.): *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, Novos Horizontes – processo de construção de um assentamento rural*. Niterói: Intertexto, 2004.

PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos: direito, concepções e sentidos*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2005.

QUINTAR, Estela. *Colonialidad y formación de sujetos en América Latina*. México, Programa de Pós-graduação em Humanidades e Ciências Sociais da Universidade da Cidade do México, mimeo, 2001.

RIZZO, Gilda. *Alfabetização natural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SOARES, Leôncio. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: *Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos -Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – nº 17 – maio de 2004, p. 25 – 35.

SOUKI, Lea Guimarães. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. In: *Civitas*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006 p. 39-58.

SOUZA, Jessé. Modernidade Periférica e Naturalização da Desigualdade: o caso brasileiro. In: IUPERJ/UCAM, 2004 – p. 75-114.

_____. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.